

VISIBILIDADES MIDIÁTICAS E TRANSGENERIDADE: Apontamentos sobre um estudo de caso com Laerte Coutinho

Hadriel Geovani da Silva Theodoro¹

Resumo

As pessoas transgêneras enfrentam reiteradamente as normas regulatórias do gênero e da sexualidade, que são pautadas em marcos binários. Ao transgredi-las, ficam suscetíveis a uma infinidade de violências simbólicas e/ou físicas, incluindo uma invisibilidade e um emudecimento radicais. Como essas violências lhes privam de um pleno exercício da cidadania, acabam por incidir no modo como suas existências sociais são (ou não) legitimadas. Levando isso em consideração, o objetivo principal deste artigo é estabelecer algumas ponderações teóricas, epistemológicas e metodológicas acerca das visibilidades midiáticas das pessoas transgêneras, a partir de um estudo com Laerte Coutinho.

Palavras-chave: transgeneridade; mídia; consumo; políticas de visibilidade.

Das vozes

Entre fevereiro de 2014 e março de 2016, desenvolvi junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (PPGCOM-ESPM) a pesquisa de mestrado intitulada “Transgeneridade, mídia e consumo: um estudo de caso das visibilidades midiáticas de Laerte Coutinho”. O objetivo principal foi analisar as visibilidades midiáticas das pessoas transgêneras no contexto da sociedade de consumo contemporânea, a partir de um estudo de caso das vivências de

¹ Mestre em Comunicação e Práticas de Consumo pela Escola Superior de Propaganda e Marketing | ESPM-SP. Graduado em Comunicação Social pela ECA-USP. E-mail: hgtheodoro@gmail.com

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

Laerte Coutinho, cartunista e ativista de renome nacional. Neste artigo, apresento alguns apontamentos teóricos e epistemológicos suscitados pela pesquisa, com o intuito de ponderar acerca das complexidades da temática. Assim sendo, gostaria de começar abordando um dos conceitos-chave para se versar sobre a transgeneridade: a *voz*.

Reiteradamente compreendida como uma transgressão às dicotomias que regimentam as normas de gênero, seccionando-o entre polos opostos e excludentes de feminino e masculino, a transgeneridade fica suscetível a múltiplas violências. Impulsionadas por uma aversão e/ou discriminação contra pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneras), que podemos nomear de transfobia, elas vão desde um processo de uma invisibilização radical até a perda da inteligibilidade humana (BUTLER, 2011; PRECIADO, 2008). Entre violências simbólicas e físicas, o silenciamento das vozes das pessoas transgêneras é mais uma das consequências de um sistema normativo e discriminatório.

As reflexões de Gayatri Chakravorty Spivak são nodais nesse sentido, e seu célebre questionamento se inscreve no âmago dessa conjuntura: pode o subalterno falar? Ao dispor a transgeneridade e as vivências das pessoas transgêneras em um patamar de subalternidade, não pretendo de forma alguma reiterar qualquer tipo de inferioridade. Mesmo Spivak aborda a subalternidade em um âmbito específico: o colonialismo na Índia. Mas devemos atentar ao fato de que para a autora a subalternidade diz respeito às minorias formadas por meio de exclusões persistentes, de uma falta de representação política e legal e de uma impossibilidade de o sujeito subalterno se firmar plenamente enquanto integrante dos estratos sociais mais elevados (SPIVAK, 2010).

Uma das inquietações centrais em Spivak é, por conseguinte, afrontar os discursos hegemônicos que produzem esses sujeitos subalternizados (e a subalternidade em si). Sua

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

crítica se precipita nesse sujeito subalterno, que não pode nem deve ser tomado como unívoco, para compreender como os silenciamentos, a perda de cidadania e as ressignificações sobre suas vivências serão efetuados. Ela se reflete mesmo em nossos envolvimento enquanto leitoras(es) e produtoras(es) de saber. Isso porque a(o) intelectual não deve se considerar habilitada(o) a falar em nome de um Outro, de se colocar como porta-voz dos sujeitos subalternos. Se nos posicionarmos desse modo estaremos tão somente replicando estruturas opressivas de poder, alocando mais uma vez o sujeito subalterno em paragens onde o império do silêncio degenera suas vozes. Spivak, assim, “desvela o lugar incômodo e a cumplicidade [da e] do intelectual que julga poder falar pelo outro e, por meio dele, construir um discurso de resistência” (ALMEIDA, 2010, p. 12).

Estamos vis-à-vis aos perigos de se tomar o Outro (subalterno) como um objeto de estudo substancialmente passivo, do qual se extrai os substratos do conhecimento. Dessa forma, por mais positivas que sejam as intenções, o que ocorre é um emudecer de sua voz. Estaríamos falando *por* ele. Contudo, *falar por* exclui uma possibilidade de agenciamento e de autorrepresentação por parte do sujeito. Onde resta a voz do subalterno se a todo o momento se busca falar sobre ele, falando *por* ele?

O que está no cerne dessa problemática é a dialogia das comunicabilidades, pois o caráter dialógico da comunicação está enfraquecido nas falas dos sujeitos subalternos. Não apenas os lugares de fala são minados, mas igualmente a capacidade de se fazer ouvir. Então, se não posso falar e se não sou ouvido, como me comunico? Posso realmente me constituir enquanto sujeito? Não havendo uma dimensão dialógica, ou caso ela seja inconstante, são as próprias interações sociais que correm o risco de se esfacelar. Assim, para esse sujeito subalterno, como se fazer ouvir se as formas de agenciamento lhe são permanentemente destituídas?

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

De acordo com Spivak (2010), as vozes e falas dos sujeitos subalternos sempre são intermediadas pelas vozes e falas de outrem. Esse Outro, que *fala por*, fixa-se em uma posição de poder reclamar algo em nome de um alguém. Assim sendo:

(...) a tarefa do intelectual pós-colonial deve ser a de criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar, para que, quando ele ou ela o faça, possa ser ouvido(a). (...) Não se pode falar pelo subalterno, mas pode-se trabalhar “contra” a subalternidade, criando espaços nos quais o subalterno possa se articular e, como consequência, possa também ser ouvido (ALMEIDA, 2010, p. 14).

É nesta direção que procuro lidar com os estudos da transgeneridade. Enquanto pesquisador considerado cisgênero², não tenho a intenção de me posicionar de modo a falar por esses sujeitos e tampouco de representá-los, por mais que algumas de minhas vivências também estejam permeadas por violências de gênero e discriminações de ordem sexual. A posição que estabeleço é a de ensejar a proliferação de outras vozes. Não quero dizer com isso que o fazer científico a que me proponho ao trabalhar com a temática da transgeneridade tenha um cunho benevolente. Ao contrário, o que busco é abrir caminho por entre discursos hegemônicos de produção de conhecimento e permitir, a partir de então, uma veiculação de vozes múltiplas, de vozes condenadas sucessivamente ao silêncio, inclusive na academia.

Qualquer pesquisa que se volte para essa questão não deve aspirar à arquitetura de uma égide de verdades sobre as vivências das pessoas transgêneras. Assim, o que proponho é uma dentre inúmeras leituras, que, por conseguinte, permanece aberta a revisões, rearticulações e aprofundamentos provenientes até mesmo do campo de estudo. Estando nós, pesquisadoras e pesquisadores, em um lugar de fala consolidado, legitimado e que representa estruturas de poder, o exercício de *falar sobre* e *falar com* deve ser constante, de

² Termo utilizado para se referir a pessoas que se identificam com o gênero que lhe foi designado ao nascer.

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

modo a evitar as armadilhas do *falar por*, de usurpar a fala de pessoas que já convivem cotidianamente com invisibilizações, emudecimentos, vulnerabilidades e precariedades. Essas vidas silentes precisam ser compreendidas como uma subalternidade coletivamente imposta, e, por isso, capaz de ser alterada por meio das práticas sociais. Como sabiamente defende Spivak (2010), não se pode falar pelos sujeitos subalternos, mas se pode lutar contra a subalternidade.

Por entre visibilidades e consumos

Arendt (2007) assevera que na modernidade a esfera privada passa a adentrar o plano da vida pública. Como consequência, a vida privada assume um dimensionamento político. A partir desses intercâmbios, as visibilidades, enquanto materialidades sógnicas e simbólicas, também são acometidas. Elas fazem referência, portanto, a uma visualidade que congrega em si um estatuto de credibilidade hierarquicamente estabelecido e social e politicamente legitimado (ROCHA, 2009).

Vale destacar nesse sentido que a visibilidade se realiza somente “no momento do consumo, da recepção, da codificação, da interpretação e da tradução” (ROCHA, 2009, p. 273), atuando, assim, por meio de dinâmicas socioculturais, a outorgar a certas imagens uma capacidade participativa sistemas de crença e de leitura dotados de relevância social. Rocha (Idem) traça uma importante diferença entre visualidade e visibilidade: se a primeira é delimitada por uma experiência cultural, a visibilidade pressupõe uma estratégia essencialmente política. Com base nas comunicabilidades, elas adquirem uma valoração pautada em trocas, a ser perpetrada pelas e nas práticas de consumo.

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

É nessa direção que se faz premente a reflexão acerca de uma política de visibilidade. Se nem todas as visualidades passam a ter uma visibilidade pública, se as visibilidades podem assumir sentidos e apropriações múltiplos, se todas as mídias produzem determinados enquadramentos, por quais meios as pessoas transgêneras podem se valer de suas visibilidades para realizar demandas por mudanças? Suas visibilidades conseguem ser empregadas nesse propósito? O que realmente significa essa política de visibilidade às pessoas transgêneras? Em que medida uma política de visibilidade modifica a realidade social, considerando as muito concretas violências, precariedades e vulnerabilidades que pessoas transgêneras sofrem? E qual é o limite de seu alcance? O que expressa sua politicidade?

Espineira (2008, p. 51, tradução minha), por exemplo, irá criticar certas visibilidades ao argumentar que não atingem o núcleo político de questões a elas relacionadas:

Partindo do princípio de que a imagem é a representação mental de um produto, de um partido, de um ser humano, eu posso afirmar sem instaurar uma revolução que a imagem dominante é mais comumente aquela de um representante que de uma situação, de um(a) trans mais do que aquela da questão da transidentidade, de um [sujeito] precário mais que aquela do problema do desemprego, etc.

Logo, a imagem ou visualidade estaria sentenciada a um princípio de simplificação (ESPINEIRA, 2008), que debilita suas potencialidades políticas. Sendo assim, não podemos tomar as visibilidades das pessoas transgêneras como integralmente suficientes para promover transformações socioculturais. Muitos outros embates, em diferentes âmbitos e instituições, são necessários. Mas, por outro lado, torna-se infactível a apreensão reificada dessas visibilidades. Mesmo que sofram com uma invisibilização radical, as

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

peças transgêneras são agentes de sua visibilidade pública, que possui uma capacidade política que se processa por meio de suas existências e resistências.

No cerne de tais embates, uma micropolítica de visibilidades provavelmente seja o curso viável para se precisar um meio-termo entre a visibilidade pública e a visibilidade enquanto articuladora de mudanças socioculturais. Em suas vivências cotidianas, as pessoas transgêneras estão inseridas em dinâmicas de produção e consumo de imagens. Por mais que se lhes negue um direito pleno a ser visível, a contenção absoluta de suas visualidades é inexequível. É essa incapacidade de um apagamento total das imagens que possibilita a conversão das suas visualidades em visibilidades, em uma política inscrita nas corporalidades e internalizada por nossas retinas.

As visualidades e visibilidades de fato não se dissociam das práticas de consumo. É por meio de consumos imagéticos e materiais que as pessoas transgêneras podem produzir uma forma de ser visível. As estéticas e os bens (materiais e simbólicos) e se tornam o fundamento midiático que permite a composição dos trânsitos entre os gêneros, pois “nosso mundo é um mundo de aparência visível. Vivemos numa cultura apresentacional em que a aparência é a realidade” (SILVERSTONE, 2005, p. 132). Mas as visibilidades também são direcionadas às práticas de consumo.

Somente por meio do intermédio das práticas de consumo é que a dimensão política das visibilidades pode ser articulada. Uma vez que a mídia representa na contemporaneidade uma ambiência central às visualidades e visibilidades, o consumo vigente das formas ser e estar promovidas por elas se insere nesses processos comunicacionais. A mídia não pode ser tomada, então, como fechada ou impassível. Ao

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

contrário, ela deve ser compreendida como um contínuo campo de disputas, pois as pessoas não normativas ocupam diferentes espaços midiáticos. Emergimos no âmbito das mediações, dos embates para a produção de sentido.

Em síntese, as produções e os consumos das visibilidades das pessoas transgêneras colaboram ao estabelecimento e à ratificação de lutas por reconhecimento, de seus interesses, valores e demandas, muito embora haja assimetrias nesse processo. As grandes corporações midiáticas, por exemplo, geralmente têm mais condições e poder para fazer repercutir seus discursos e suas narrativas. A dialogia das mídias representa um empoderamento às pessoas transgêneras e possibilita tipos diversos de engajamento, por mais que vieses hegemônicos possam perpassá-las. Assim, as visibilidades se transmutam em políticas de uma existência, de uma existência que as normas hegemônicas do gênero (e também da sexualidade) insistem em negar.

O caso Laerte

Ao longo de minha pesquisa, procurei investigar as articulações das visibilidades midiáticas das pessoas transgêneras com os modos pelos quais elas entremeiam uma atuação política e cidadã para a legitimação de sua própria existência, de um reconhecimento social não assentado em estereótipos, preconceitos e discriminações. Sua problemática, portanto, pode ser sintetizada na seguinte interrogação ao objeto de estudo: como as interfaces da produção e consumo entremeadas nas visibilidades midiáticas das pessoas transgêneras, e especificamente no caso de Laerte Coutinho, podem se articular no sentido de promover uma política da diferença? Nesse sentido, cabe então assinalar a trajetória de vida da Laerte.

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

Laerte Coutinho nasceu em São Paulo em 1951. Desde sua juventude se interessa por desenho, por arte, e a partir de então galgou uma longa carreira como cartunista, quadrinista e roteirista, tendo trabalhado em veículos de comunicação os mais variados, como revistas, jornais impressos e televisão. Em uma entrevista à revista *Bravo!* no ano de 2010, Laerte se assumiu publicamente como *crossdresser*³; posteriormente, viria a se definir enquanto travesti, e, mais recentemente, pessoa transgênera. Daí em diante Laerte passou a ganhar uma visibilidade midiática expressiva, não voltada particularmente ao seu trabalho, mas, sim, à sua identidade de gênero e sexualidade, sendo pauta de inúmeras produções, difundidas em diferentes meios de comunicação (do *mainstream* ao alternativo). Por conta dessa visibilidade, Laerte começou a figurar como um ícone à comunidade LGBT brasileira, tanto pelo fato de se reconhecer publicamente como pessoa transgênera quanto por ser ativista, comprometendo-se com suas causas.

Seguir Laerte por esses espaços midiáticos que ocupa, sejam eles em meios digitais ou físicos, foi realmente uma aventura. Uma aventura no sentido de me confrontar com realidades outras, com tipos de precariedades que não as minhas, no que se refere às expressões do gênero e às sexualidades; de me colocar vis-à-vis com as demandas de um grupo minoritário extremamente marginalizado, silenciado e invisibilizado em nossa sociedade; de despertar em minha atuação enquanto pesquisador inquietações epistemológicas a cada passo dado em direção à arquitetura de um objeto de estudo.

Esse percurso também me possibilitou observar mais de perto as mudanças pelas quais Laerte passou desde que tornou pública sua transgeneridade. Elas dizem respeito,

³ Pessoa que “pode ser definida como alguém que eventualmente usa ou se produz com roupas e acessórios tidos como do ‘sexo oposto’ ao ‘seu sexo biológico’” (VENCATO, 2008, p. 2).

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

obviamente, aos remodelamentos estéticos por ela empreendidos, mas também aos seus discursos, posicionamentos, engajamentos e ativismos. Se por um lado se sobleva a plasticidade de um corpo que vai se (re)construindo e se (re)delineando de acordo com experimentações, com práticas de consumo de suportes materiais e de estéticas da feminilidade, por outro, encontramos as (re)formulações de performances voltadas a uma política de visibilidade midiática da transgeneridade. Elas podem ser observadas nos próprios modos de apresentação que vão sendo tecidos por Laerte na conformação de suas trajetórias de visibilidade nos espaços da mídia: *crossdresser* (revista Bravo!, 2010), travesti (Roda Viva, 2012) e pessoa transgênera (entrevista a mim concedida, 2015).

Tal processo aquiesceu os próprios objetivos da pesquisa, que foram analisar, a partir da apropriação das mídias, como a experiência de Laerte pode conter uma inter-relação entre produção e consumo, voltada às visibilidades das pessoas transgêneras; averiguar se os enquadramentos midiáticos da transgeneridade de Laerte privilegiam marcos binários ou a multidimensionalidade das identidades transgêneras; e compreender como é construída a experiência da transgeneridade nas políticas de visibilidade derivadas da experiência ativista de Laerte. Para tanto, pautei-me em um estudo de caso de suas visibilidades midiáticas. Yin (2014), explicitando a metodologia, assevera que ela se dispõe, em um viés qualitativo, a investigar fenômenos contemporâneos por meio de múltiplas variáveis de interesse. Assim, haja vista que o estudo de caso “permite que os investigadores foquem um ‘caso’ e retenham uma perspectiva holística e do mundo real – como no estudo dos ciclos individuais da vida (...)” (Ibidem, p. 4), ele se adequou tanto aos objetivos quanto à complexidade da temática da pesquisa. Para melhor compreendê-la, acredito ser válido mencionar o modo como fora desenvolvida.

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

A pesquisa se dividiu em três etapas. A primeira delas correspondeu uma *seleção bibliográfica*, que objetivou recuperar conhecimentos científicos acumulados sobre a problemática, na qual fora realizada uma busca de materiais em fontes de informação que serviram para o enriquecimento das reflexões teóricas estabelecidas no decorrer de todo o trabalho. Ela esteve focalizada nos principais eixos temáticos do estudo: comunicação, mídia, consumo, gênero, transgeneridade, cidadania e visibilidade. Em seguida, efetuei um *levantamento de dados* sobre produções midiáticas das quais Laerte participara, entre os anos de 2010 e 2015. De um total de 26 produções, realizei um recorte escolhendo oito delas para a análise⁴. Essa seleção levou em consideração a temporalidade das produções, os gêneros e os meios de divulgação (tipos de mídia). Além disso, o corpus de análise ainda contou com uma entrevista realizada com Laerte e uma observação de sua página pessoal no site de rede social Facebook. Por fim, realizei a *análise do corpus*, a partir de uma vertente audiovisual, pautando-me em uma perspectiva descritiva e crítica de todos os materiais integrantes do corpus. Ela incidiu sobre as estéticas, os formatos de conteúdo, os enquadramentos, as narrativas e os discursos abarcados nas visibilidades midiáticas de Laerte, disposta em três eixos: as corporalidades, os binarismos e os ativismos.

Neste artigo não irei detalhar as especificidades da análise; assinalo apenas alguns pontos relevantes que ela fomentou. Um deles é a constatação de que as visibilidades da transgeneridade de Laerte passam por diversos enquadramentos e modos de midiatização. Elas possuem características particulares que as diferenciam entre si, o que indica a

⁴ A saber: entrevista à revista Bravo!; curta-metragem Vestido de Laerte; reportagem ao telejornal Bom dia Brasil; entrevista no programa Roda Viva; documentário Um dia com Laerte; clipe da música Fiu Fiu; participação no Profissão Repórter; programa Transando com Laerte. Cf. Theodoro (2016).

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

impossibilidade de qualquer generalização no tocante às suas midiaticidades. Outro fator diferencial que influi sobre suas visibilidades são as propriedades midiáticas de cada produção ou conteúdo. Assim sendo, pode verificar que, enquanto mídias tradicionais se inclinam a enquadramentos que são delimitantes, prejudicando uma visibilidade midiática em prol das pessoas transgêneras, as mídias alternativas demonstram estar mais abertas às diferenças. As expressões e vivências da transgeneridade de Laerte são mais bem trabalhadas neste âmbito. A partir da produção-circulação-consumo de materiais midiáticos em seus domínios, uma cidadania visual pode despontar.

Considerações finais

Segundo Cogo (2004), as mídias conferem visibilidade às ações de instituições e setores sociais, assegurando sua existência e estruturação. No âmbito dessa conjuntura midiática, as atividades de atores e movimentos sociais se arquitetam progressivamente nas tensões pressupostas por um tipo de visibilidade pública facultada pelos meios de comunicação. Ao mesmo tempo, esses atores e movimentos se apropriam e recompõem tais lógicas, “transformando a esfera das mídias em um espaço simbólico de conflitos, disputas e negociações e que se encontra, portanto, submetido permanentemente às tensões contraditórias dos interesses que circulam na sociedade” (Ibidem, p. 4).

As políticas de visibilidade, dessa forma, resultam de um processo de embates ininterrupto, inclusive nas mídias. Indivíduos, grupos e movimentos sociais acionam tais dinâmicas em suas demandas. Ainda de acordo com Cogo (2004) “essas micropolíticas cotidianas de visibilidade vão demandando a inclusão, na agenda política, de uma

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

multiplicidade de demandas simbólicas e materiais”, como ocorre no caso das pessoas transgêneras.

Nesse sentido, as experiências de Laerte cabem aqui como um ponto de partida para se ponderar acerca das apropriações das mídias pelas minorias representativas e os enquadramentos midiáticos que as perpassam. Trata-se da ambivalência: as minorias precisam se tornar pública e midiaticamente visíveis para que suas reivindicações sejam ao menos legitimadas; mas, assim do tensionamento de tais visibilidades, ficam sujeitas a uma heterogeneidade de enquadramentos, condicionados por variáveis culturais, sociais e políticas que nem sempre atendem às suas expectativas e/ou demandas.

Como as mídias são, todavia, entremeadas por embates sociais que envolvem distintos atores e posicionamentos, as visibilidades midiáticas da transgeneridade se constroem e são disputadas, mesmo que de modo limitado, nos espaços sociais, de consumo, de leitura e interpretação de suas próprias experiências em sociedade. No caso de Laerte, isso se processa nas disparidades entre um agenciamento de visibilidades da transgeneridade *versus* os formatos midiáticos que as engessam dentro de certos moldes, sejam eles de estéticas, narrativas, conteúdos, discursos, etc.

Assim sendo, espero ter elucidado algumas das complexidades que integraram minha pesquisa. Do cuidado com a produção de uma epistemologia da voz, passando pela articulação das práticas de consumo em relação às visibilidades e o mergulho nas (trans)vivências de Laerte, acredito que o mais importante a se atentar é o peso e a relevância que as mídias exercem sobre as pessoas transgêneras. Resta a constatação, um tanto óbvia, de que elas, as mídias, podem atuar em duas vertentes: reiterando as

precariedades da vida das pessoas transgêneras, ou abrindo espaços dialógicos por onde uma transformação social possa começar a se consolidar. A problemática se encerra nesse ponto: um devir. Um devir que necessita ser mais respeitoso e igualitário; um devir no qual as pessoas transgêneras sejam apreendidas como pessoas, no sentido mais profundo que essa palavra possa conter.

Referências

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Prefácio - Apresentando Spivak. In: SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ARENDT, Hanna. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BUTLER, Judith. Vida precária. **Contemporânea**, n. 1, jan.-jun. 2011, p. 13-33.

COGO, Denise. **Mídias, identidades culturais e cidadania**: sobre cenários e políticas de visibilidade midiática dos movimentos sociais. 2004. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/83492578425626428976337410_533037421904.pdf>. Acesso em: junho de 2015.

ESPINEIRA, Karine. **La transidentité**. De l'espace médiatique à l'espace publique. Paris : L'Harmattan, 2008.

PRECIADO, Beatriz. **Texto junkie. Sexe, drogue et biopolitique**. França: Éditions Grasset & Fasquelle, 2008.

ROCHA, Rose de Melo. É a partir de imagens que falamos de consumo: reflexões sobre fluxos visuais e comunicação midiática. In: **Comunicação e consumo nas culturas locais e global**. CASTRO, Gisela G. S. & BACCEGA, Maria Aparecida (Orgs.). São Paulo: ESPM, 2009. p. 268-293.

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Lyola, 2005.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

THEODORO, Hadriel G. S. **Transgeneridade, mídia e consumo:** um estudo de caso das visibilidades midiáticas de Laerte Coutinho. 2016. 156 p. Dissertação - Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2016.

VENCATO, A. P. **O que faz uma mulher, mulher?:** sexualidade, classe e geração e a produção do corpo e do gênero em homens que praticam crossdressing. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder. Florianópolis - Santa Catarina, 25 e 28 de agosto de 2008. Disponível em: <http://goo.gl/T8Frjr> Acesso em: ago. 2016.

YIN, Robert K. **Estudo de caso.** Planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman Editora, 2014.